

## Abuso beneficia os fornecedores, justifica Cabral

Após aprovar a alteração no Código de Defesa do Consumidor que reduz de 10% para 2% os juros de mora relativos a obrigações contratuais, o plenário do Senado concordou com outros dispositivos do próprio código, que também estipula o impedimento de cobranças abusivas, como vinha acontecendo, afirmou ontem o senador Bernardo Cabral (PFL-AM), que foi relator do projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Para Bernardo Cabral, o teto de 10% não correspondia mais à realidade, onerava excessivamente o consumidor inadimplente e proporcionava ganhos desproporcionais aos fornecedores, para os quais a inadimplência passou a ser interessante.

Em aparte, os senadores Romeu Tuma (PSL-SP) e Jefferson Peres (PSDB-AM) cumprimentaram Cabral pela aprovação de seu parecer favorável à redução das multas.



Cabral

## Código de Trânsito recebe 207 emendas

O novo Código de Trânsito Brasileiro recebeu em plenário 207 emendas e voltou ontem mesmo para análise da comissão de senadores que vem discutindo a proposta. **Pág. 4**



Em um dia de decisões, o plenário aprovou também o novo estatuto dos militares. **Página 2**

# Senado reduz para 2% multa por atraso

*Projeto que altera o Código de Defesa do Consumidor é agora encaminhado à sanção do presidente da República*

O plenário do Senado aprovou ontem o projeto de lei que reduz para 2% a multa por atraso no pagamento de obrigações, como contas de energia elétrica e de telefone, aluguel e taxas de condomínio. O projeto, que altera dispositivo do Código de Defesa do Consumidor, vai agora à sanção presidencial.

Oriunda da Câmara dos Deputados, a matéria foi objeto de amplo debate por parte dos senadores, que rejeitaram emendas apresentadas por Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) e Lauro Campos (PT-DF).

As lideranças do PMDB, PFL e PSDB, com o argumento de que o projeto é de "profundo alcance social", desistiram do requerimento que haviam apresentado pedindo a exclusão do caráter de urgência para a sua tramitação. Jáder Barbalho (PA), Francelino Pereira (MG) e Jefferson Pe-

res (AM) salientaram, ainda, que a intenção de adiar a deliberação sobre a matéria poderia propiciar o possível aproveitamento da emenda de Ronaldo Cunha Lima, pela qual as multas por atraso seriam limitadas ao índice da caderneta de poupança.

O líder do PSB, Ademir Andrade (PA), ao manifestar-se contrário ao requerimento, disse que "o projeto é de interesse do povo" e defendeu a sua imediata votação, no que foi prontamente apoiado pelos senadores Roberto Freire (PE), José Eduardo Dutra (SE) e Eptácio Cafeteira (MA), líderes do PPS, PT e PPB.

Ramez Tebet (PMDB-MS), favorável à redução das multas, esclareceu a distinção que, a seu ver, deve ser considerada entre multa e juro de mora, que, conforme observou, "não está contemplado no projeto e deve ficar como se encontra no

mercado".

O senador Eptácio Cafeteira disse que, por sua importância, a matéria deveria ser aprovada com efeito retroativo. Afirmado que ratificava a manifestação do líder do PPB, o senador Esperidião Amin (PPB-SC) manifestou-se favorável ao projeto por considerar "dinosáurica" a taxa de 10% cobrada pelo mercado. Já o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) ponderou que a multa de 2% ainda é elevada e disse que essa redução significa apenas uma "medida corretiva".

## Um dia de polêmica sobre o Orçamento

Ministro Kandir nega manipulação de verbas do Orçamento e é apoiado por Romero Jucá. Jefferson Peres quer CPL. **Pág. 5**

# Senado aprova novo estatuto do militar

Projeto que agora vai à sanção presidencial prevê demissão para quem exercer cargo ou emprego público estranho à carreira, inclusive no magistério, hoje liberado



Eduardo Suplicy

## Suplicy defende aproximação com África do Sul

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) leu ontem em plenário trechos do discurso pronunciado no último dia 11 de junho pelo presidente da República da África do Sul, Nelson Mandela, perante as duas Casas do Parlamento britânico. Suplicy classificou o texto como "um exemplo de esperança para o mundo" e pregou uma maior aproximação do Brasil com aquele país, argumentando que a África do Sul ensina como se faz uma transformação na base da justiça social e da prosperidade.

No discurso, Mandela afirmou que o sucesso procurado por seu povo, na política, na economia e no desenvolvimento social, "é um sucesso dos africanos e deve fazer parte da renascença da África". Além de louvar a fé do povo sul-africano no futuro, Suplicy disse que aquele país está fechando um ciclo histórico de dois séculos sob a admiração de todo o mundo. O discurso do presidente sul-africano foi entregue à deputada Marta Suplicy pelo embaixador do Brasil no Reino Unido, Rubens Barbosa.

## Josaphat: Medida contra servidor do MEC é ilegal

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) denunciou ontem que grave ilegalidade está para ser consumada, a partir de agosto, determinada por ofício-circular da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério da Administração, que atinge frontalmente a garantia constitucional da intocabilidade do direito adquirido.

Esclareceu o senador que



Josaphat

o ofício-circular ordena a "revisão dos valores devidos a partir da folha de pagamento do mês de agosto de 1996", em prejuízo dos servidores em atividade e aposentados do

Ministério da Educação (MEC) e das instituições federais, com base em interpretação equivocada de decisões do TCU e do Supremo Tribunal Federal.

## Ademir teme outro conflito com sem-terra em Eldorado

Os sem-terra que estão acampados perto da fazenda Macaxeira, em Eldorado dos Carajás, onde no dia 17 de junho vários trabalhadores morreram em conflito com a PM do Pará, estão ameaçando invadir 60 fazendas do estado, caso o In-cra não acelere as desapropriações na região e assente os sem-terra. O alerta foi feito



Ademir Andrade

ontem em plenário pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA).

O senador disse que apresentará requerimento à Mesa do Senado, a ser encaminhado ao ministro extraordinário da Reforma Agrária, Raul Jungmann, para que ele informe que providências tomou para acelerar desapropriações e assentamentos no Pará.

## José Bonifácio homenageia 138 anos de Tocantinópolis

Ex-prefeito e primeiro senador originário de Tocantinópolis, no Tocantins, José Bonifácio (PPB) homenageou ontem aquela cidade, que completa 138 anos de emancipação política no próximo dia 28.

José Bonifácio fez questão de destacar todas as figuras



José Bonifácio

de relevo na história da cidade, que a transformaram num "pólo cultural e educacional da chamada região do Bico do Papagaio". O senador manifestou também seu orgulho por pertencer à comunidade de Tocantinópolis, fundada em 1825 pelo paraense Pedro José Cipriano.

O Senado aprovou ontem projeto de lei, já apreciado pela Câmara dos Deputados, que altera dispositivos da Lei nº 6.880, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares. O projeto, que agora irá à sanção presidencial, estabelece que "o oficial da ativa que passar a exercer cargo ou emprego público permanente, estranho à sua carreira, será imediatamente demitido *ex-officio* e transferido para a reserva não remunerada".

A exposição de motivos que acompanha a matéria diz que o dispositivo do Estatuto dos Militares, agora modificado, vinha servindo de artifício para aqueles que abandonavam a carreira militar para ingressar no magistério, por exemplo, e em seguida na reserva remunerada, no posto ou graduação que tinha o militar da ativa. A medida contempla também o guarda-marinha, o aspirante-oficial e demais praças.

O Estatuto dos Militares permitia que membros das Forças Armadas fossem para a reserva remunerada desde que saíssem para cargo de professor, o que era uma das exceções e significava aposentadoria precoce. Isso gerou várias distorções e abusos. Mas o projeto, de iniciativa do Executivo, põe fim num privilégio dos militares - disse o senador Roberto Freire (PPS-PE).

Já o senador Geraldo Melo (PSDB-RN), ao defender a proposta tal como veio do Executivo, afirmou que o oficial das Forças Armadas é obrigado a se dedicar "total e completamente" ao serviço militar.

Geraldo Melo acentuou que, pela medida aprovada pelo Senado, "mesmo que o emprego seja de professor, o militar vai para a reserva não remunerada, para que ele se aposente com o mesmo tempo de serviço que os seus colegas precisam dar para se aposentar".

## Agenda do Dia

### PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa do Senado

# Microempresa criará 4 milhões de empregos em 97, prevê Sarney

*Senador contesta estimativa oficial e acredita que projeto de incentivo à área elevará receitas da Previdência, dos estados e dos municípios*

O senador José Sarney (PMDB-AP) questionou ontem a validade de estimativa atribuída à Receita Federal que, em tabela divulgada na imprensa, prevê renúncia tributária de R\$ 3,9 bilhões em decorrência da aprovação do Projeto de Lei nº 31/96, do Senado, que estabelece incentivo à criação e funcionamento da pequena e microempresas no País. Para o senador, o problema é complexo, demanda aprofundamento mais acurado e detalhado e exigiria uma análise dinâmica em lugar de uma análise estática de perdas de curtíssimo prazo.

Afirmou Sarney que uma avaliação dinâmica dos efeitos do projeto, mesmo se feita em bases bastante pessimistas, per-

mite a previsão para 1997 da criação de pelo menos 1 milhão de novas empresas, geração de 4 milhões de empregos formais, aumento de R\$ 2 bilhões nas contribuições para a seguridade social e a ampliação da receita dos estados e municípios em R\$ 3 bilhões.

O senador disse que os R\$ 560 milhões de prejuízo fiscal previstos pela Receita Federal, referentes ao Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e ao PIS das microempresas, significam na realidade zero real, porque neste caso particular não há renúncia adicional, pois elas já estão previstas "em nosso direito substantivo pela conjugação das Leis nºs 7.526/84 e 8.864/94".

Declarou ainda o senador que, de acordo com a interpretação

dinâmica do impacto do projeto, as finanças estaduais e municipais se beneficiarão com um lucro contábil adicional de R\$ 1 bilhão. Em defesa do projeto, José Sarney lembrou que, em maio, o presidente da República, em programa de rádio, defendia para as pequenas e microempresas os mesmos incentivos constantes do projeto de lei aprovado pelo Senado. Acrescentou que, embora a proposição formalmente seja de sua autoria, na realidade ela foi resultado da contribuição de governos municipais e estaduais, de técnicos e de pequenos e microempresários de todo o País, que a apresentaram e discutiram em seminário realizado em Brasília, sob a coordenação do Sebrae.



Romeu Tuma

## Tuma sugere rigor com os sonegadores

O senador Romeu Tuma afirmou ontem que o País tem sido muito tolerante com os crimes de natureza tributária. A seu ver, tanto o Poder Executivo quando o Legislativo têm deixado de exercer seu papel na fiscalização e punição desse tipo de delito. Ele informou ao plenário que no censo penitenciário mais recente, abrangendo os últimos cinco anos, foram computadas apenas cinco pessoas presas por sonegação fiscal no País, quando se estima que há um real sonegado para cada real arrecadado.

— É necessário que a sociedade desperte sua consciência para quão pernicioso é o crime de sonegação fiscal e para os males sociais que ele acarreta — afirmou o senador.

Segundo Tuma, a resolução dos graves problemas sociais do País e a extensão da cidadania plena a todos os brasileiros dependem de uma cultura e de uma ordem jurídica e política onde sejam execrados e punidos os crimes de sonegação fiscal.

O senador disse ainda que o processo administrativo de cobrança do débito tributário é algo que não se pode confundir com a apuração e punição de um ilícito que atinge a sociedade como um todo. Segundo o senador, nos demais crimes contra o patrimônio — como o furto — o ressarcimento integral da vítima não ensina a impunibilidade do autor. Em sua opinião, não há por que ser diferente quando se atenta contra o patrimônio público.

## Projeto limita emprego para ex-dirigentes



Amorim

Somente 12 meses após terem deixado os cargos, os ex-presidentes do Banco Central e do Banco do Brasil poderão se tornar proprietários ou exercer a função de diretor de empresa nacional ou multinacional que mantenha contrato de qualquer natureza com o governo, caso seja aprovado projeto apresentado pelo senador Ernandes Amorim (PMDB-RO).

Amorim disse que a medida proposta é de significativa importância para a defesa da probidade na gestão da coisa pública no País. Ele quer fixar os mesmos impedimentos para os ex-presidentes e ex-vice-presidentes da República.

## Alcântara reclama urgência para a reforma tributária

"A reforma tributária deve ser a primeira de uma série de providências que precisam ser tomadas para se encontrar uma solução justa e definitiva não só para o problema da saúde, mas para outros problemas que a população, os estados e os municípios vêm enfrentando." Foi o que afirmou ontem o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) ao comentar a "compreensão" que



Alcântara

o Congresso Nacional teve ao aprovar a instituição da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira).

Salientando que o novo imposto não terá "poder

milagroso", mas apenas aliviará e permitirá diminuir os apertos financeiros do Ministério da Saúde, Alcântara dirigiu apelo no sentido de que medidas sejam adotadas "para aumentar a disponibilidade de recursos para a saúde do Brasil e, sobretudo, a credibilidade do sistema".

Lúcio Alcântara comentou ainda matéria divulgada quarta-feira (dia 24) pela *Folha de S. Paulo*, sob o título "O Sistema Único de Saúde perde dois bilhões por ano". Alcântara foi apoiado pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS).

# Código de Trânsito tem 207 emendas e volta a comissão

*Fica para agosto votação de duas propostas de emenda: a que restringe a inelegibilidade e a que dificulta a criação de municípios*

O novo Código de Trânsito Brasileiro recebeu em plenário 207 emendas e voltou ontem mesmo para análise da comissão especial de senadores que vem discutindo o assunto. A comissão terá agora no mínimo 20 dias para se manifestar sobre as emendas, os quais poderão ser prorrogados caso o relator, senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), considere o prazo insuficiente para opinar sobre todas as propostas de mudanças. O código já foi aprovado em primeira votação pelos senadores e, antes de ser encaminhado para votação na Câmara dos Deputados, terá de ser submetido ao plenário do Senado em turno suplementar.

Dois emendas constitucionais que constaram da ordem do dia de ontem só serão vo-



**Gilberto Miranda**

tadas no dia 14 de agosto. As emendas retiram das inelegibilidades os cunhados de prefeitos, governadores e presidente da República e dificultam a criação de novos municípios. Um projeto de lei que trata de reforma agrária, de

autoria do senador Roberto Freire (PPS-PE), que também constou da ordem do dia, foi remetido para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, depois de intenso debate. O projeto institui a revisão judicial dos valores atribuídos a fazendas desapropriadas para reforma agrária toda vez que o Incra considerar exagerados os preços determinados pela Justiça.

A matéria recebeu substitutivo do senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES), que apontou vários pontos sem amparo jurídico na proposta de Roberto Freire. O requerimento para que o projeto fosse remetido à CCJ foi apresentado pelo líder do PMDB, senador Jader Barbalho (PA), com apoio do líder do PFL, senador Hugo Napoleão (PI).

## TV Senado já entra no ar aos fins de semana

A partir de amanhã, a TV Senado dará início às transmissões de uma programação de oito horas de duração especialmente para o sábado e o domingo, apresentando um resumo das atividades desenvolvidas pela instituição ao longo da semana, com destaque para as sessões plenárias, entrevistas e um balanço das decisões adotadas pelos senadores.

Inaugurada no último dia 9, a TV Senado transmite atualmente uma programação de 14 horas e meia de segunda a sexta. Nela, um destaque especial é dado à transmissão ao vivo das sessões plenárias e das atividades das comissões permanentes e especiais. Além disso, a emissora produz um telejornal diário, assim como um programa de entrevistas de estúdio no qual os senadores podem fornecer à sociedade explicações detalhadas de suas atividades legislativas. A emissora produz e apresenta, ainda, vídeos institucionais e documentários.

## Dutra desaprova resposta de ministro

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) afirmou ontem que considera insatisfatória a resposta do ministro da Previdência, Reinhold Stephanes, a um requerimento de sua autoria pedindo informações sobre aposentadorias especiais.

- O documento mandado pelo ministro Stephanes é um atentado à inteligência, um verdadeiro desrespeito - disse Dutra.

Com base em noticiário da imprensa, o senador Eduardo Dutra queria que o Ministério da Previdência fornecesse ao Senado o relatório final com a análise das aposentadorias especiais, preparado por uma empresa de consul-



**José Eduardo Dutra**

toria que o ministério contraiu. O senador quer saber quantas são as aposentadorias especiais listadas no relatório da consultoria e quais os valores médios pagos aos beneficiários. Para ele, o noticiário trouxe a público a exis-

tência de algumas centenas de aposentadorias especiais cujos valores podem ser considerados exorbitantes frente à média dos benefícios pagos pela previdência social no Brasil.

Segundo Dutra, ao invés de mandar o documento pedido, o ministro Stephanes teria usado de um artifício para não responder ao requerimento de informações. O senador solicitou à Mesa que o mesmo requerimento fosse reiterado ao ministro. Na presidência dos trabalhos, o senador Levy Dias (PPB-MS) afirmou que a Mesa do Senado tomará as providências para que o pedido seja novamente encaminhado.

## Osmar Dias lamenta ausência de Sarney em Curitiba hoje

Depois de informar que será inaugurado hoje o Aeroporto Internacional de Curitiba, em São José dos Pinhais, o



**Osmar**

senador Osmar Dias (PR) sinalizou que não estará presente à cerimônia o senador José Sarney (PMDB-AP), que autorizou a sua construção quando ocupou a Presidência da República.

- Sem esse aeroporto não será possível falar em integração do Cone Sul. Infelizmente não estará presente às solenidades de inauguração o senador José Sarney, responsável pela autorização de construí-lo - disse.

# Orçamento gera pedido de CPI e explicações

*Convocado pela Comissão Mista de Orçamento para debater os critérios de elaboração da proposta orçamentária, o ministro do Planejamento, Antônio Kandir, negou ontem a manipulação de verbas com fins eleitorais. Em apoio às explicações do ministro, o senador Romero Jucá afirmou que não houve qual-*

*quer irregularidade na execução da proposta orçamentária. Já o senador Jefferson Peres lamenta que as recomendações da CPI do Orçamento não estejam sendo atendidas. Ele defende uma nova CPI e diz que já conta com 23 das 27 assinaturas necessárias para sua criação.*

## Kandir nega a manipulação eleitoral de recursos da União

O ministro do Planejamento, Antônio Kandir, negou ontem, durante audiência pública na Comissão Mista de Orçamento, que o governo tenha feito uso eleitoral na liberação dos recursos orçamentários. Prova disso, afirmou ele, é que o PT foi o partido com maior número de prefeituras atendidas na assinatura de convênios para construção de casas populares.

Segundo o ministro, o PL teve 13% das prefeituras atendidas; o PDT, 13,25%; o PFL, 16,2%; o PMDB, 16,7%; o PSDB, 19,1%; o PPB, 22,42%; e o PT, 24%. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) questionou estes números e solicitou documento discriminando as cidades beneficiadas e os valores a que fizeram jus.

O ministro rebateu também as acusações de que os critérios utilizados para os vetos nas emendas individuais ao Orçamento tivessem sido políticos,

ressaltou que, apesar de o governo dispor de R\$ 4 bilhões do FGTS e de recursos externos para a construção de casas populares, a orientação oficial é no sentido de que as comunidades organizem comissões para programar a aplicação de recursos.

Kandir compareceu à Comissão Mista de Orçamento, presidida pelo deputado Sarney Filho, para debater os critérios de elaboração da proposta orçamentária para 1997.

Por sugestão de Romero Jucá (PFL-RR), o ministro admitiu, caso haja disponibilidade orçamentária no final do ano, a reconsideração dos vetos às emendas individuais. Kandir ressaltou a importância do relacionamento do Executivo com o Congresso e sugeriu que os parlamentares elaborem lei complementar com o objetivo de disciplinar a transferência de recursos da União para os estados e municípios.

## Jefferson anuncia que já tem 23 assinaturas para comissão

O senador Jefferson Peres (PSDB-AM) afirmou ontem que as recomendações da "famosa" CPI do Orçamento não foram transformadas em medidas efetivas e que o não-acolhimento das propostas daquela comissão parlamentar de inquérito implicou o recrudescimento das irregularidades ocorridas antes. Por isso, acrescentou, a questão do "Orçamento se tornou o centro do debate nacional, no Congresso e na imprensa".

- Creio que eu, na tentativa de formação de uma CPI, e o senador Carlos Wilson, com o seu desligamento da Comissão de Orçamento em protesto contra irregularidades denunciadas e não apuradas, nós dois demos alguma contribuição para que esse debate tão útil seja aprofundado e resulte em medidas



Jefferson Peres

efetivas para corrigir as distorções hoje existentes - disse.

Salientando que tinha em mãos as recomendações constantes do relatório final da CPI do Orçamento, Jefferson disse verificar "que, entre outras modificações propostas, consta a mudança profunda na sistemática de elaboração do Orçamento". O senador informou já haver coletado 23 das 27 assinaturas necessárias para a criação de uma CPI no Senado.

Ao comentar aparte de Pedro Simon (PMDB-RS), para quem "a criação de uma CPI é necessária", Jefferson destacou que "ainda ontem recebi denúncia de que uma prefeitura de Rondônia só conseguiu liberar verba mediante pagamento de uma comissão de 15% a um escritório aqui em Brasília".

## Para Jucá, liberação de verbas tem sido criteriosa

"Não houve nenhuma irregularidade na execução da proposta orçamentária", disse o senador Romero Jucá (PFL-RR), ao comentar as explicações que o ministro do Planejamento, Antônio Kandir, apresentou ontem à Comissão de Orçamento sobre as acusações de manipulação eleitoral desses recursos. "O debate foi profícuo e verificou-se que, ao priorizar determinadas obras, o governo o fez dentro de critérios, não incorrendo em

erro, malversação ou desvio de recursos", disse o senador.

Argumentando que, durante o exercício financeiro, os recursos disponíveis para investimentos são sempre inferiores aos projetos aprovados pelo Legislativo, situação que leva o governo a contingenciar as verbas, Jucá observou que normalmente no fim do ano



Romero Jucá

registra-se excesso de arrecadação. Ele explicou ter sugerido ao ministro do Planejamento que esse excesso de arrecadação seja direcionado exatamente para as obras submetidas a contingenciamento durante o exercício financeiro, idéia que, segundo o parlamentar, foi aceita pelo ministro.

Jucá reconheceu que, na exe-

cução do Orçamento de 1996, o governo não tem podido atender às emendas priorizadas pelos parlamentares, fato que originou toda a reclamação dos últimos dias. E congratulou o Legislativo pelo fato de que "no exame da proposta na Comissão Mista de Orçamento não houve nenhum tipo de irregularidade que maculasse a atuação dos parlamentares, e a execução da proposta orçamentária seguiu todos os ditames legais".

# Freire defende desconcentração industrial

*Senador argumenta que globalização exige política de integração nacional e repele pressões contrárias a projeto de conversão que beneficia montadoras em regiões carentes*

"Não se pode pensar num mundo globalizado sem uma política de integração nacional", afirmou ontem o senador Roberto Freire (PPS-PE), em defesa da industrialização do Nordeste. Freire repeliu pressões de um ministro que, "anonimamente", teria criticado a decisão da comissão mista que aprovou projeto de conversão ampliando os incentivos fiscais para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste atraírem investimentos de empresas automotivas.

- O que o projeto de conversão fez foi afastar a discriminação de regiões que sofrem dependência econômica em razão dos incentivos



**Roberto Freire**

que sempre beneficiam o Sul e o Sudeste - afirmou.

Roberto Freire disse que o governo promove a concentração política de investimentos, levando em conta apenas a lógica do mercado para de-

finir as regiões onde as indústrias devem instalar-se. O projeto de conversão, que regulamenta o mercado automotivo brasileiro, dispõe que empresas que se instalarem nas regiões menos desenvolvidas terão isenção total dos impostos de importação (II), sobre Produtos Industrializados (IPI) e de Renda (IR), além da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins). A medida provisória (MP) objeto do projeto de conversão previa a redução de 50% na importação de equipamentos para o Sul e o Sudeste.

Ao combater a MP, o senador disse que "o governo

não pode continuar privilegiando investimentos nas regiões mais desenvolvidas do País e dizer-se social-democrata". Ele previu o risco de o Brasil sofrer uma recessão, afirmando que "essa é uma perspectiva concreta, se não for tentado um processo de integração e se o governo continuar achando que o Nordeste deve se ocupar apenas com agricultura irrigada e turismo".

- Quero apenas alertar que o governo deve exigir que seus ministros não sejam anônimos, até para que essa visão colonialista não confunda o governo com esse anonimato - disse.

## Francelino lembra passagem ontem do Dia do Motorista



**Francelino**

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) homenageou a classe dos motoristas, principalmente os de Belo Horizonte,

pela comemoração ontem da data a eles dedicada. Ele lembrou que está em exame no Senado o projeto de Código de Trânsito Brasileiro, que poderá acabar com a impunidade dos maus condutores de veículos.

- Convém lembrar que o código é uma medida que a Casa está tomando da mais profunda importância para o País, com o objetivo de punir os crimes de trânsito no Brasil e, ao mesmo tempo, oferecer uma legislação especial, que trata detidamente de toda a problemática nacional - disse.

## ACM diz que Presidente levará montadoras ao NE

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) comunicou ontem ao plenário que o presidente Fernando Henrique Cardoso assumiu o compromisso de atender ao pleito dos parlamentares nordestinos de promover a instalação da indústria automotiva na região. "O governo federal se comprometeu com os nordestinos da Câmara e do Senado", assegurou.

- Não será uma coisa pací-

fica, vai haver reação, tenho certeza - disse o senador baiano, para quem os estados que já têm parques automotivos instalados reagem contra a "diminuição das desigualdades regionais e sociais".

ACM garantiu também que o governo federal, além de outras vantagens, estuda a redução do IPI para indústrias de automóveis e de autopeças que se instalarem no Nordeste.

## Marluce garante que não há clima de violência em Roraima

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) contestou a veracidade de denúncia levada ao Senado sobre o clima de violência que haveria em torno das próximas eleições em Roraima. A senadora, como prova, apresentou ofício assinado pela superintendente da Po-



**Marluce Pinto**

lícia Federal no estado, Sueli Goerisch, informando que a campanha eleitoral vem se desenvolvendo com tranquilidade. Marluce protestou contra o hábito de divulgar notícias que denigrem a imagem do estado antes de se chegarem as informações recebidas.

## Senado aprova a rolagem da dívida de MT

Na sessão extraordinária realizada na manhã de ontem, o Senado aprovou projeto de resolução que autoriza o governo de Mato Grosso a emitir Letras Financeiras do Tesouro do estado, cujos recursos serão destinados ao giro de sua dívida mobiliária vencível no segundo semestre deste ano. O relator da matéria foi o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT).

Também foi aprovado pedido da prefeitura do município gaúcho de Fontoura Xavier, para contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal (CEF), no valor de R\$ 344 mil, destinada à execução de projetos de moradia para população de baixa renda. O relator foi o senador Pedro Simon (PMDB-RS).

# Simon cobra política, com subsídios, para agricultura

*E propõe debate nacional a fim de se estabelecer um calendário regionalizado que permita o plantio de culturas variadas*

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou ontem que o governo precisa definir uma política para a agricultura. Ele pediu que, a exemplo de outros países europeus, o presidente da República determine a concessão de subsídios para esse setor.

- O presidente Fernando Henrique Cardoso considerou prioridade absoluta não deixar os bancos quebrarem - disse Simon. - Arriscou seu prestígio e criou o Proer. Se essa mesma garra, coragem e atenção fosse dispensada à agricultura, não existiriam no Brasil 34 milhões de famintos.

O senador considera um crime o que o País fez com o trigo, cuja produção nacional chegou a seis milhões de toneladas e, hoje, está em apenas 1,8 milhão de toneladas.

- Isso aconteceu por conta do boicote do próprio governo ao



Pedro Simon

plantio do trigo. Dinheiro na agricultura tem retorno imediato, mas Fernando Henrique ainda não entendeu isso - disse Pedro Simon.

O senador propôs um debate nacional para se estabelecer uma política agrícola, a partir de um calendário regionalizado, o que permitiria, ao mesmo tempo, o plantio de culturas variadas. Pedro Simon pediu também uma definição por parte do governo diante do processo de globalização da economia. Disse que o gover-

no foi competente quando protegeu a indústria nacional de brinquedos, mas ainda não tem uma política de controle das importações.

Em aparte, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) lamentou a falta de recursos para o setor, destacando que o Ministério da Agricultura terá apenas R\$ 258 milhões para investir durante todo esse ano na agricultura. O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) disse que as importações do trigo e do algodão, feitas sem critérios, acabaram com essas duas culturas durante o governo Col- lor.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) ressaltou que o País está vivendo a fantasia da globalização e que o presidente Fernando Henrique Cardoso está esperando que os investidores estrangeiros façam o que ele não consegue fazer.



Carlos Bezerra

## Bezerra aplaude MT por exportar carne para Europa

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) informou ontem que a carne bovina do estado do Mato Grosso foi liberada para exportação à Comunidade Européia. Ele parabenizou o governador do estado, Dante de Oliveira, o secretário estadual de Agricultura, Jeremias Pereira Leite, as prefeituras municipais e os sindicatos rurais pelo esforço em alcançar esse objetivo.

- Essa notícia é de transcendental importância para o meu estado e para o Centro-Oeste. Mato Grosso tem hoje um dos maiores rebanhos bovinos do Brasil e sofria as graves consequências de não poder exportar para o Mercado Comum Europeu em função da febre aftosa, que atingia quase toda a região - disse.

Carlos Bezerra afirmou ainda que a região Centro-Oeste poderá ser a maior produtora de alimentos do mundo, proporcionando ao País o monopólio da comercialização de grãos, farelos e carne. "O Brasil tem tudo para ser o líder na produção de alimentos e não o faz porque seus líderes não enxergam essa grande oportunidade que têm pela frente".

Para o senador, a região poderá levar o País a instalar imediatamente um programa de desenvolvimento econômico, sugerindo ao presidente Fernando Henrique o lançamento do Prodecor, que se encontra desativado atualmente.

Em aparte, Emandes Amorim (PMDB-RO) disse que está preocupado com a falta de incentivos federais à pecuária. Bezerra recebeu ainda o apoio de Gerson Camata (PMDB-ES) e Lúdio Coelho (PSDB-MS).

## Amin pede apoio ao pequeno produtor

"Existem múltiplas e amplas possibilidades de se evitar a migração do campo para a cidade e algumas ações simples, caso executadas, se revelariam muito mais econômicas do que, depois, solucionar os problemas surgidos com o inchaço das grandes cidades". A afirmação foi feita pelo senador Esperidião Amin (PPB-SC) ao defender a destinação de linhas especiais de crédito e o fornecimento de assistência técnica para a agricultura familiar como meio de garantir condições de permanência dos pequenos produtores no meio rural.

Amin considera significativo o fato de o governo haver destinado R\$ 1 bilhão



Esperidião Amin

para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), quando, "normalmente, os planos de safra destinam a maior fatia dos recursos à agricultura patronal ou a agricultores bem consolidados".

Para o senador, essa decisão do governo serve para mostrar que o III Grito da Terra Bra-

sil, evento organizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e outros sindicatos ligados à área, "está no caminho certo e suas reivindicações já surtiram efeito, mesmo considerando que pediam R\$ 2 bilhões para o atendimento dos pequenos e médios agricultores".

Amin destacou que outras reivindicações da Contag, como a reforma agrária - seguida de um programa de assistência aos assentados - e um programa de estímulo ao emprego na área rural são importantes para fortalecer a agricultura familiar, aumentar a produção de alimentos e acabar com a violência no campo.

# Parlamentares paraguaios agradecem solidariedade

*Missão reconhece o apoio do Parlamento brasileiro durante a crise militar e manifesta interesse em acordo de cooperação entre as Casas legislativas dos dois países*

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem visita de comitiva de parlamentares paraguaios que veio ao País para agradecer o apoio e a solidariedade dos deputados e senadores brasileiros, por ocasião de recente crise militar que quase resultou em um golpe de estado no Paraguai.

Chefiada pelo senador Miguel

Abdón Saguier, presidente do Congresso paraguaio, a missão manifestou interesse em estreitar as relações institucionais com o Legislativo brasileiro, inclusive visando a um acordo de cooperação que permita transferir conhecimentos e ex-



Parlamentares dos dois países, ontem, discutiram também temas do Mercosul

periências já acumulados pelo Senado nas áreas de processamento de informações, informatização das atividades parlamentares, divulgação de seu trabalho por sistemas de multimídia e prestação de serviços à sociedade como

fonte de dados.

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, e Casildo Maldaner (PMDB-SC), membro da Comissão Parlamentar do Mercosul,

também participaram do encontro. Os parlamentares paraguaios aproveitaram a oportunidade do encontro com os senadores brasileiros para reafirmar a disposição de levar adiante o processo de integração regional proposto pelo Mercosul, fazendo votos para que os Legislativos dos países-membros avancem no aprimora-

mento das condições em que se dará esse trabalho de formação de um mercado comum sul-americano. Sarney disse esperar que os "espaços econômicos comuns" tragam benefícios a todos os países integrantes do Mercosul.

## França homenageia ACM com mais alta condecoração

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) recebeu ontem do embaixador da França, Philippe Lecourtier, a comenda da Legião de Honra - a mais alta condecoração concedida pelo governo francês - em solenidade que contou com a presença dos presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, deputado Luís Eduardo.

Antonio Carlos, que presi-

de da Comissão de Relações Exteriores do Senado, disse que se sentia lisonjeado, porque a Legião de Honra "representa a mais importante distinção que um homem público pode receber em qualquer país". O senador agradeceu ao embaixador e comprometeu-se a trabalhar ainda mais pelas relações entre Brasil e França.

O embaixador Lecourtier ressaltou o acerto da escolha



ACM integra Legião de Honra

feita pelo governo francês ao conceder ao senador a condecoração em seu grau mais elevado, o de grão-oficial, acima

do qual somente podem ser agraciados presidentes da República. A Legião de Honra, que foi instituída por Napoleão Bonaparte em 1804, é concedida a pessoas que se distinguem por serviços prestados à nação francesa. Sarney falou de sua emoção ao compartilhar da alegria do senador

Antonio Carlos, como homem público e também na qualidade de seu amigo pessoal de longa data.

### MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney ■ **1º Vice-Presidente:** Teotônio Vilela Filho  
**2º Vice-Presidente:** Júlio Campos ■ **1º Secretário:** Odacir Soares  
**2º Secretário:** Renan Calheiros ■ **3º Secretário:** Levy Dias  
**4º Secretário:** Ernandes Amorim ■ **Suplentes de Secretário:** Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emilia Fernandes ■ Ney Suassuna

■ **Diretor-Geral do Senado:** Agacieli da Silva Maia ■ **Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

### Jornal do Senado

**Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal**  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Fernando Cesar Mesquita  
**Diretor da Subsecretaria de Divulgação:** Helival Rios ■ **Coordenador de Jornalismo:** Flávio de Mattos ■ **Chefe do Serviço de Imprensa:** José do Carmo Andrade  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso  
**Diagramação:** Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ **Fotos:** Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ **Revisão:** Fernando Varela e Lindolfo Amaral  
 ■ **Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.**

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal